

Resenha do Livro “*Senhor da morte: capitalismo, guerra e tráfico de escravos. Portugal, Angola e Brasil (1640-1770)*” de Maximiliano Menz.¹

 Daniel Costa²

Recibo: 16.01.2025
Aceito: 19.01.2025
Publicado: 24.01.2025

Resumo: Em *Senhor da morte: capitalismo, guerra e tráfico de escravos. Portugal, Angola e Brasil (1640–1770)*, Maximiliano Menz busca, mediante densa pesquisa documental, discutir a constituição dos laços mercantis entre Portugal, Angola e a América portuguesa, desnudando a complexidade dos circuitos comerciais e sociais que ligavam as três regiões.

Palavras-chave: Comércio colonial; Escravizados; Tráfico transatlântico.

Review of the book “*Lord of Death: Capitalism, War and the Slave Trade. Portugal, Angola and Brazil (1640-1770)*” by Maximiliano Menz.

Abstract: In *Lord of Death: Capitalism, War and the Slave Trade. Portugal, Angola and Brazil (1640–1770)*, Maximiliano Menz seeks, through dense documentary research, to discuss the constitution of commercial ties between Portugal, Angola and Portuguese America, revealing the complexity of the commercial and social circuits that linked the three regions.

Keywords: Colonial trade; Enslaved; Transatlantic traffic.

Reseña del libro: “*El señor de la muerte: capitalismo, guerra y trata de esclavos*”. “*Portugal, Angola y Brasil (1640-1770)*” de Maximiliano Menz.

Resumen: En *El Señor de la Muerte: Capitalismo, Guerra y Trata de Esclavos. Portugal, Angola y Brasil (1640-1770)*, Maximiliano Menz busca, a través de una densa investigación documental, discutir la constitución de los vínculos comerciales entre Portugal, Angola y la América portuguesa, revelando la complejidad de los circuitos comerciales y sociales que vinculaban las tres regiones.

Palabras clave: Comercio colonial; Esclavizado; Tráfico transatlántico.

¹ DOI: <https://dx.doi.org/10.4314/academicus.v3i1.6>

² Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: d.silva16@unifesp.br

Algo pacificado na historiografia brasileira é que, ao longo do nosso processo de formação histórica, fomos o território que mais recebeu escravizados africanos. Tal fato acabaria gerando uma ampla gama de reflexões, desde o trabalho pioneiro de Maurício Goulart³, até as pesquisas desenvolvidas por Pierre Verger⁴ e Luiz Felipe Alencastro⁵ que contribuíram decisivamente na revisão de alguns preceitos até então solidificados acerca do tráfico transatlântico de escravizados. Esses autores destacaram principalmente a existência de uma ligação direta entre a América portuguesa e África, uma situação particular quando comparada ao sistema escravista forjado, por exemplo, nas Antilhas, baseada na triangulação entre o Caribe, África e o continente europeu. Com a publicação de *Senhor da morte: capitalismo, guerra e tráfico de escravos. Portugal, Angola e Brasil (1640–1770)*, Maximiliano Menz não só reabre tal discussão, como também contribui para desnudar um tema que acabou ficando à margem desse processo de revisão historiográfica; a relação entre a formação de um capitalismo com aspectos globais e às relações entre os negócios ligados ao comércio de almas entre Angola e a América portuguesa.

Maximiliano Menz, doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo; busca ao longo de sete capítulos mostrar como as relações forjadas no complexo escravista que ligava Portugal a seu território sul-americano contribuiu para a formação e desenvolvimento do capitalismo no Atlântico Norte. Baseado em ampla pesquisa documental e bibliográfica, Menz demonstrará o papel relevante exercido por Lisboa no financiamento e na dinâmica do tráfico de escravizados no Atlântico Sul. Como pontuam Gustavo Acioli e Leonardo Marques, responsáveis pelo prefácio da obra, uma das inúmeras contribuições relevantes do livro “consiste em propor uma cronologia do comércio português escravista em Angola, o que permite rediscutir algumas generalizações” acerca do tema. A dupla de prefaciadores destaca ainda que ao evitar projetar sobre os três séculos de história colonial conclusões baseadas em pesquisas sobre um período específico do comércio entre Angola e o Brasil, o autor “não incide na denominação anacrônica que parte da historiografia emprega ao falar de certos agentes econômicos envolvidos no comércio de almas, tais como “brasílicos”, “luso-brasileiros”, “cariocas” ou semelhantes protogentílicos” (p.18).

Como afirma o próprio autor nas palavras iniciais do referido volume, grande parte do que será desenvolvido nas páginas seguintes é tributada ao historiador norte-americano Joseph Miller, segundo Menz: “A ideia geral do livro, a ênfase no financiamento estrangeiro e a visão sobre as transformações em Angola devem-se fundamentalmente às conversas que tivemos e aos textos que me indicou” (p.19). Além de Miller, no decorrer da publicação percebe-se o diálogo com uma ampla gama de autores, desde Luís Felipe de Alencastro, cuja obra rende um intenso diálogo, passando por nomes como Fernand Braudel, Philip Curtin, David Eltis, José Jobson Arruda e Fernando Novais. São mobilizados pelo autor ainda autores de sua geração, como o próprio Gustavo Acioli Lopes e Wolfgang Lenk. Por fim, destaco o diálogo realizado por Menz com autores fora do campo da História Econômica, como Silvia Hunold Lara, Jaime Rodrigues e Marina de Mello e Souza.

³ GOULART, Maurício. *A Escravidão africana no Brasil: Das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

⁴ VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII a XIX*. São Paulo: Companhia das Letras: 2024.

⁵ ALENCASTRO, Luís Felipe. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Em relação às fontes utilizadas por Menz, as mesmas são tão ou mais sólidas que o arcabouço bibliográfico mobilizado. Em primeiro lugar destaca-se a documentação avulsa proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino localizado em Lisboa, ali foram consultadas ainda peças judiciais e devassas, encaminhadas aos Conselhos e Secretarias, tal documentação permitiu ao autor “contrapor o tom oficial da maior parte do material que existe no acervo”. O Arquivo Nacional Torre do Tombo, também localizado em Lisboa, foi outra instituição onde o autor realizou acurada pesquisa, resultando na coleta de informações referente à alfândega de Lisboa, os despachos da Casa da Índia e o espólio da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Ainda foram consultados documentos custodiados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Instituto Nacional de Estatística de Lisboa (INEL). Por fim, mesmo reconhecendo sua limitação, das quais resultam algumas críticas do autor, ao longo do trabalho é mobilizado dados fornecidos pelo *Voyages, Slave Trade Database (TSTD)*, banco de dados eletrônico, onde constam os registros de milhares de viagens ligadas ao tráfico de pessoas escravizadas.

Mesclando a apresentação dos fatos e argumentos em ordem cronológica e analítica, o autor, ao mesmo tempo, em que busca “dar conta dos momentos-chave da cronologia do tráfico de escravos, aprofunda em várias partes a análise das diferentes modalidades e etapas do negócio” (p.33). Vejamos a seguir como se dá tal apresentação: no primeiro capítulo, intitulado *Guerra e capitalismo na formação do reino de Angola*, é discutido pelo autor o processo da conquista de Angola, em disputa travada com os holandeses. No referido capítulo, Menz mostra ainda que, no contexto da formação desse mercado de escravizados, Portugal, além de ocupar espaços já existentes, teve um papel fundamental na sua organização.

Nos capítulos seguintes, respectivamente, *Sob a forma do asiento: contrato e contratadores depois de 1640* e *O Negócio dos governadores*, Maximiliano Menz discute aspectos do contrato de Angola e dos próprios contratadores, especialmente quando o mesmo esteve sob controle de mercadores de Luanda. Ainda é dado o merecido destaque ao período em que o tráfico era praticado também pelos capitães gerais, momento em que esses indivíduos faziam valer principalmente seus interesses e os daqueles a quem eram ligados. O capítulo seguinte, *Capital, guerra e crédito na nova conjuntura política e econômica do tráfico*, apresenta as transformações ocorridas no contrato, em um cenário de crescente aumento do comércio de escravizados. O autor mostra ainda no decorrer do capítulo como esse processo de transformações acabou levando a Coroa portuguesa a buscar aporte de capital inglês para injetar créditos no comércio com a Costa da Mina e Benguela.

Com o capítulo *Armadores, financistas e homens do mar: a estrutura do tráfico a partir de Lisboa (1720–1770)*, Maximiliano Menz ao analisar a dinâmica do comércio de escravizados, avança para além das interpretações já consolidadas acerca de um comércio bilateral ou triangular. Tal avanço é resultado de uma meticulosa análise, onde através da construção de perfis e trajetórias de investidores envolvidos no comércio entre Portugal, Angola e a América portuguesa; o autor investiga as formas de financiamento e armação das embarcações, mostrando uma constante ligação entre esses diversos agentes (financistas, armadores e mercadores volantes) localizados na Europa, América e África. A análise do contrato em Luanda no decorrer do século XVIII será o tema principal do sexto capítulo do livro, em *Do mar ao mato: a organização do contrato de Angola e o comércio sertanejo (1720–1770)*, será destacada a evolução das cláusulas de arrendamento e como os contratadores buscavam dinamizar seus ganhos por meio da exploração dos direitos. Além disso, questões como a disputa dos mercadores pelas receitas decorrentes da exploração de impostos e o avanço do processo de escravização para o interior de Angola também serão abordados.

O percurso proposto pelo autor tem seu encerramento no sétimo capítulo, em *O Tempo das reformas e o fim do contrato de Angola (1758–1771)*, onde é discutido os efeitos das políticas empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, que resultaria no fim do contrato em 1770. No decurso do capítulo, é mostrado ainda como se deu a atuação das companhias pombalinas em Angola e a sua relação com a comunidade local de traficantes. O vigor do capítulo reside no questionamento feito àqueles que apresentam uma perspectiva consolidada acerca da política pombalina para o tráfico, e que ainda buscam diluir as diferenças entre a administração de Carvalho e Melo e a seguinte, capitaneada por Martinho de Melo e Castro. Por fim, acredito ser cabível trazer um comentário do próprio autor acerca da utilização dos termos *escravo* e *escravizado* ao longo da obra, de acordo com Menz: “Os defensores da substituição afirmam que o termo *escravo* reduz a complexidade da vida dessas pessoas à condição de escravidão, enquanto *escravizado* realça que o ato de escravizar era contra a vontade das pessoas submetidas a essa condição. Há, porém, quem questione essas formulações e sugira que *escravizado* pode ser visto como eufemismo de escravidão. O debate ainda é incipiente e inconclusivo. Neste livro, fiz a opção estilística de utilizar ambas as palavras — e também cativo e trabalhador forçado — como sinônimos” (p.35).

Com a publicação de *Senhor da morte: capitalismo, guerra e tráfico de escravos. Portugal, Angola e Brasil (1640–1770)*, Maximiliano Menz, não só cumpre seu objetivo de reabrir uma discussão fundamental deixada de lado, mas também apresenta novas perspectivas de abordagens acerca dos circuitos sociais e comerciais que envolviam atores localizados em Portugal, Angola e na América portuguesa. Ressalto ainda que a qualidade da obra também pode ser destacada pela amplitude da pesquisa realizada pelo autor, inserindo a obra em um espectro que ultrapassa ao largo as cercanias da História Econômica.

Referência bibliográfica

Maenz, M. (2024). *Senhor da morte: capitalismo, guerra e tráfico de escravos. Portugal, Angola e Brasil (1640-1770)*. São Paulo: Hucitec.